UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA

PARA ONDE IR? POR QUE FICAR?

Uma etnografia pelo direito de ir, vir e ficar dos povos ciganos

Brasília/DF, setembro de 2017

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA

PARA ONDE IR? POR QUE FICAR?

Uma etnografia pelo direito de ir, vir e ficar dos povos ciganos

Monografia apresentada ao Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília como um dos requisitos para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Sociais, com habilitação em Antropologia.

Thayse Limeira Costa

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Carlos Alexandre Barboza Plínio dos Santos (DAN/UnB) – Orientador

Profa. Dra. Stéphanie Nasuti (CDS/UnB) – Membro externo

Brasília
2017

AGRADECIMENTOS

Agradeço pelas memórias compartilhadas, por ver seus olhos brilhando ao recordar de momentos tão valiosos para você e os quais me inspirou. Pelas memórias que vivi na minha infância e por me recordar de você brincando de ler minha mão e jogar tarô, hoje faço desses brinquedos elementos da minha realidade. Pelo seu amor e cumplicidade, por me incentivar em fazer aquilo que acredito e que dê sentido a minha vida. Pelas conversas no bosque sagrado, corredores, gramados, mesas de bares, telefonemas, e-mail trocados, nos quais brotaram tantas ideias e desejos que permanecem vivos, influenciando minhas andanças nesse mundo. Por nossa conexão ancestral e parceria de vida nesses últimos anos que fortaleceu a continuidade dessa jornada. Pelos recortes de jornais, referências, livros, conversas regadas a café, pela contribuição de suas reflexões na finalização deste trabalho. Pela revisão apurada e sensível do texto. Pela abertura em receber minha ideia e me orientar com toda paciência e respeito na concretização dessa pesquisa. Pelo carinho e receptividade em me acolher na comunidade e pelo otimismo sereno em transpor a realidade que vive. Por fazer parte do meu presente, torná-lo mais real, sincero e colorido, por construir uma história que se inicia…

Maria Helena Limeira, Edivaldo Limeira, Zuleide Limeira, Antônio Menezes, Giuseppa Spenillo, Eliane Silva, João Pedro de Almeida, Tom Motta, Katalina Leão e amigos dessa trajetória. Frans Moonen, Lucimara Cavalcante, Elisa Costa, Ana Arruda, Ivany Câmara Neiva, Cynthia Alario e equipe Cinesolar, Cristiane Guedes, Luênia Guedes, Carlos Alexandre Barboza Plínio dos Santos, Stéphanie Nasuti, Wanderley da Rocha, Daiane da Rocha, Sara da Rocha e toda comunidade do Rancho Nova Canaã.

Minha Sincera Gratidão!

RESUMO

Neste trabalho, proponho refletir sobre os conflitos existentes entre os estados de “ir e vir” e “ficar” na trajetória histórica e cultural dos povos ciganos. Trago a tona a discussão sobre o nomadismo e de como a identidade cigana foi sendo construída na relação entre ciganos e não ciganos (*gadjés)* ao longo das andanças. Por meio do estudo de caso com o acampamento *Calon* Nova Canaã, localizado na região administrativa de Sobradinho/DF, exponho a perspectiva do “direito de ficar” e como o Estado Brasileiro vem tratando de políticas públicas para os povos ciganos no Brasil.

Palavras-Chave: Ciganos, nomadismo, políticas públicas, identidade, território.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 7

CAPÍTULO I: 11

DE ONDE VIERAM? 11

1.1 - A Escravidão Cigana 15

1.2 - Da escravidão ao trabalho nas Galés 16

1.3 - A construção da identidade “ser Cigano” 16

CAPÍTULO II: 20

PRA ONDE IR? 20

2.1 - Existem ciganos no Brasil? 20

2.2 - Quem são os ciganos que chegaram ao Brasil? 23

2.3 - Juscelino Kubitschek - O presidente cigano 24

2.4 - Os ciganos no presente 24

CAPÍTULO III: 27

PORQUE FICAR? 27

3.1- Cigano bom é no quintal do vizinho! 27

3.2- O Direito de ir e vir 28

3.3 – O direito à não-discriminação 29

3.4- Pelo Direito de Ficar 33

3.5- Acampamento Calon Nova Canaã (ANEC) 36

CAPÍTULO IV: 40

A IMAGEM COMO TELETRANSPORTE DA MEMÓRIA 40

4.1 - Primeiro encontro: Ensaio fotográfico do grupo Paixão Cigana 40

4.2- O casamento Calon de Sara e Arutai 44

CONSIDERAÇÕES FINAIS 49

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 52

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotos:

1- Brincando com as crianças *calons* do Rancho Nova Canaã

2- Wanderley da Rocha, cigano *calon*, líder do Rancho Nova Canaã

3- Grupo Paixão Cigana

4- Momento da maquiagem

5- Grupo Paixão Cigana durante o ensaio

6- Panorâmica do acampamento *Calon* Nova Canaã

7- Equipe do Cine Solar, *calons* e *calins* que participaram do filme.

8- Os noivos, Sara e Arutai

9- Foto em família, os pais e os noivos

10- O festejo de casamento

11- Daiane da Rocha, *calin* e uma liderança feminina no rancho Nova Canaã

LISTA DE FIGURAS

Mapas:

1- Mapa das rotas datadas do processo de migração dos povos ciganos, saindo do Oeste do Oriente Médio ao Ocidente Europeu.

2- Mapa de 290 municípios que registram acampamento cigano no Brasil.

3- Mapa da concentração populacional dos ciganos na Europa.

4- Mapa da área de 6 hectares concedidas às comunidades ciganas da ANEC e ACEC.

5- Mapa visto por satélite do Rancho Nova Canaã, sinalizando as 15 barracas.

INTRODUÇÃO

Este trabalho nasce ao despertar de memórias. Memórias vividas pelos meus avós, Edivaldo Limeira e Maria Helena, e contadas pela minha avó Helena. Cresci ouvindo as histórias que minha avó contava sobre sua juventude até uns 20 poucos anos, quando não tinha filhos e viajava com meu avô pelas estradas de dentro e fora do Estado de Pernambuco.

Meu avô Edivaldo era comerciante ambulante, viajava do Nordeste ao Sudeste, junto com minha avó, negociando miudezas, peças de ouro e de prata e o que mais encontrassem para trocar ou vender. Meu avô também era esotérico, trabalhava comercialmente com o tarô, a arte de ler as cartas e a quiromancia, a arte de ler as mãos, fenômenos os quais dizia ter aprendido com os ciganos. Por causa de suas andanças, meu avô adquiriu alguns nomes, designado como "Rei Salomão" ou "Professor Castelo de Ouro", quando se tratava de assuntos esotéricos, "Fubica" no comércio. "Cigano" talvez fosse o apelido mais conhecido do meu avô e o mais genérico, pois se dava para qualquer situação. Meu avô era um cigano de alma, um *gadjé* aventureiro, que encontrou na relação com os ciganos, um espelho no qual se identificava e quis pertencer.

Da forma que minha avó costumava contar, entendi por "cigano" um sinônimo para o estereótipo de uma pessoa *aventureira*, que não para em um só lugar e que pratica o esoterismo das artes adivinhatórias. Cresci, em alguma medida, com uma concepção romântica sobre o que é *ser cigano*, por conta desses estereótipos denominados pelos não ciganos, para identificá-los.

O "cigano Edivaldo", como diz minha avó, foi o nome que eu mais escutei e com o qual me familiarizei. Embora meu avô não fosse cigano, viveu por muito tempo em acampamentos ciganos durante suas viagens. Minha avó chegou a me contar dos *turcos*, uma expressão falada por minha avó para designar os ciganos que os recebiam quando estavam de passagem por de Feira de Santana, na Bahia. Segundo o historiador Rodrigo Teixeira, o nome "turcos" era usado com frequência pelos mineiros para designar os ciganos (Teixeira, 2008). Minha avó pouco me relatou sobre os *turcos* ou como viviam, também não me contou sobre uma relação mais forte do meu avô com alguma comunidade cigana. Fico imaginando se meu avô teve uma outra vida além da qual conheço. Entretanto, essas pequenas lembranças compartilhadas me conectaram aos ciganos como a busca de um tesouro perdido de memórias. Talvez seja esse o início dessa procura.

Esse trabalho é o fruto de uma investigação antropológica, guiada por memórias afetivas as quais me acenderam o interesse em pesquisar sobre a cultura dos povos ciganos.

Meu primeiro contato com grupos étnicos ciganos foi em 2013, na Universidade de Brasília, em um evento organizado pela AMSK - Associação Internacional Maylê Sara Kali[1] chamado *Ciclo de Debates Ciganos: Uma história invisível* que reuniu representantes ciganos de diversos grupos étnicos do Brasil e de outros países. A partir desse evento, comecei a ir com frequência em audiências públicas e em eventos com foco em comunidades tradicionais com a presença de lideranças ciganas, com intuito de conhecê-los e de me aproximar de sua realidade. Foi no Brasil Cigano - Semana Nacional de Povos Ciganos, em 2013 - que houve um momento ápice quando conheci algumas lideranças ciganas, dentre elas, Wanderley da Rocha, Calon, de aproximadamente 50 anos, líder do acampamento Calon, na época instalado em Planaltina de Goiás/GO, e presidente da ANEC - Associação Nacional de Etnias Ciganas. A partir do contato inicial com Wanderley, aproximei-me de sua família, que estava acampada no evento. Brincando com as crianças, minha relação com a comunidade brotou, foi por meio delas que conheci suas famílias - pais, avós, irmãos e irmãs, tios e tias, primos e primas -, pois onde há criança cigana a família toda está em volta.

Foto 01: Brincando com as crianças *calons* do Rancho Nova Canaã

Fonte: Limeira, 2015.

[1] Organização sem fins lucrativos, com o intuito de promover ações de enfrentamento à discriminação étnica contra os povos ciganos no Brasil.

De lá, voltamos a nos encontrar em 2014, quando realizei o ensaio fotográfico com o grupo de dança "Paixão de Cigana" no acampamento Calon liderado por Wanderley. Na época, o acampamento estava localizado em Sobradinho/DF, e não mais em Planaltina de Goiás/GO. A partir do ensaio fotográfico, meu laço com a comunidade se estreitou. Desde então, acompanhei por dois anos a comunidade Calon em contato com as lideranças: Wanderley da Rocha e sua filha Daiane Rocha. Comecei a frequentar a comunidade fotografando os eventos públicos que eram realizados no acampamento. A fotografia, embora amadora, acabou sendo inicialmente uma moeda de troca que me permitia acessar a comunidade.

Em 2015, o acampamento Calon, liderado por Wanderley e representado juridicamente pela associação ANEC, recebeu do governo Federal e do governo do Distrito Federal a concessão de posse da terra, onde o acampamento está assentado, em Sobradinho/DF, localizado em uma área rural, entre as localidades Rota do Cavalo e o Córrego do Arrozal. Isso foi considerado um ato inédito na história dos ciganos do Brasil, pois, pela primeira vez, uma terra foi assentada, de forma legítima, por uma comunidade cigana.

A partir da investigação sobre o nomadismo, no qual despertei o interesse inicialmente pelas histórias dos meus avós, comecei também a refletir o que representava ser um nômade de etnia cigana, essa reflexão também tomou força a partir das falas de lideranças ciganas. Eu percebia o quanto era dolorido essa realidade mais marginal do que aventureira. Lembro-me de entrevistar seu Wanderley e perguntá-lo sobre as "andanças ciganas". Ele me respondeu assim:

> "...A moça fez uma pergunta: vocês viajam porque gostam? Olha, os ciganos viajam o Brasil inteiro não é porque gosta, é em busca de sobrevivência, em determinada hora, por não ter apoio por onde a gente pará..." (Wanderley da Rocha, 2013)

Parece óbvio, a busca por sobrevivência um argumento forte que qualifica o modo itinerante de ir e vir. A história do povo cigano tem sido a muito tempo contada por suas perseguições: "ficar" nunca foi uma opção. Neste trabalho, proponho refletir sobre os conflitos existentes entre os estados de "ir" e "ficar" na trajetória histórica e cultural dos povos ciganos.

Deixo claras algumas preferências linguísticas, ao utilizar *gadjé* para designar "não cigano", *rancho* para designar "acampamento" e *cigano* para designar os "ciganos"

de forma genérica, da qual não conheço a etnia, para dar vazão a termos usados com frequência pelos próprios ciganos. Ao longo desta monografia, explico o sentido desses termos.

No primeiro capítulo, *Uma breve história dos assim chamados ciganos,* trago à luz relatos e histórias que ilustram a trajetória dos ciganos por aproximadamente oito séculos, passando por sua origem na Índia e percorrendo as trilhas de suas ondas migratórias até chegar ao Brasil. No segundo capítulo, *Pra onde ir?* questiono as causas e consequências do movimento nômade e como o nomadismo caracterizou o estilo de vida cigana. Também reflito sobre a identidade cigana, suas dimensões étnicas e os estereótipos propagados na sociedade *gadjé*. Em paralelo, no capítulo três, *Por que ficar?* trago à tona o conceito de "fixação" e o direito de "ficar", e como vêm sendo desenvolvidas as políticas de assentamento para as comunidades ciganas no Brasil. Conecto ao último capítulo, a etnografia do Acampamento *Calon* Nova Canaã, liderado por Wanderley da Rocha, onde realizei minha pesquisa de campo entre 2014 e 2016.

CAPÍTULO I:

DE ONDE VIERAM?

"Um dia, lá do Oriente...
De onde tudo começa
Partiu meu povo contente
Caminhando sem ter pressa.
Quando partiu? Ninguém sabe
Por que partiu? Ninguém diz
Partiu quando deu vontade
Por que partiu? Porque quis…"
(Zuka Sbano)[2]

Sabe-se pouco sobre a história e origem dos povos ciganos. Os poucos relatos existentes foram feitos por viajantes, cronistas, indivíduos que de alguma forma tiveram a curiosidade ou algum tipo de contato com grupos de ciganos que passavam na estrada. A hipótese mais provável e atual é que os ciganos são originários da Índia. Estudos linguísticos realizado no século 18 por linguistas europeus descobriu semelhanças entre os dialetos ciganos e o sânscrito indiano, chegando à hipótese de uma possível origem indiana. Ainda hoje, a teoria sobre a origem dos povos ciganos e os processos de migração continuam sendo estudados e discutidos. Há certa dificuldade em achar registros e histórias dos povos ciganos, acredita-se que pelo fato de serem nômades e por transmitirem oralmente sua cultura, muito sobre seus hábitos acabaram não sendo registrados de forma sistemática.

A história dos povos ciganos está diretamente ligada à vida nômade, no fato de construírem uma vida ao longo da estrada, migrando, atravessando as fronteiras do mundo.

A escritora Cristina da Costa Pereira conta no livro *Os ciganos ainda na Estrada* (2009) que a ideia do nomadismo cigano começou ainda em solo hindu, nos anos 1500 A.C. com a invasão dos árias, fundadores do sistema de castas. Como não quiseram

[2] *Poesia Cigana* escrita pelo poeta e circense cigano Zuka Sbano. poesia na íntegra: http://katiapessoa.blogspot.com.br/2012/05/poesia-cigana-zurka-sbano.html?zx=59082d9247de0eac

se submeter ao sistema de castas, os ciganos começaram a andar pelo território indiano. Após as invasões turcas no século XI D.C. na Índia, os ciganos resolveram sair do território indiano, migrando do Oriente para o Ocidente, sendo chamados pelo escritor Ático Vilas-Boas da Mota de "*Filhos do Sol*", uma forma poética de traduzir esse povo que orienta seu deslocamento pelo o movimento do Sol. Há também as lendas que tentam explicar esse deslocamento, assim como as histórias que envolvem os ciganos no nascimento ou na crucificação de Cristo. Outra lenda também disseminada é o fato que os ciganos estariam em permanente deslocamento com o intuito de chegar até o fim do mundo e voltar.

Muitas das histórias explica o nomadismo cigano como forma de penitência religiosa ou banimento por comportamento, algumas das mais relatadas são: (1) por não hospedarem o menino Jesus; (2) por participarem da crucificação de Cristo; (3) por negarem a fé Cristã; (4) por possuírem habilidades sobrenaturais consideradas como "coisas diabólicas" pelo clero cristão; (5) por possuírem grande destreza com roubos, trapaças etc. A lista de acusações não tem fim, e as explicações factíveis também não. Vale mencionar que seria difícil que algum cigano participasse da crucificação de Cristo, ou ainda, tivesse contato com o menino Deus, pelo simples fato de que os ciganos não estavam presentes na "Terra Santa", uma vez que resolveram sair da Índia somente uns mil anos depois. (Moonen, 2013).

A permanência dos ciganos nos lugares dependia de que diversos fatores fossem favoráveis ao trabalho comercial de troca e venda. Havia, também, a necessidade de terra para estender as barracas com liberdade, além de um local com o mínimo de interferências climáticas. Comparando com esses fatores, a relação dos ciganos com os outros, os assim chamados *gadjé*[3] pelos ciganos, é sabida como a linha mais tênue e conflituosa na sua história desses povos. A rechaça aos estrangeiros *gipsies*[4] era constante pela comunidade receptora. A partir do século XI, os ciganos começam a migrar para o Oeste do Oriente Médio atravessando a Europa, espalhando-se em pequenos grupos e seguindo para América no século XVIII, como mostra a figura a seguir.

[3] *Gadjé* ou *gajon*, várias formas de escrever e falar pelos ciganos, usado por eles para se referir a uma pessoa não-cigano.
[4] *Gipsies* (inglês), *gitan* (francês), *gitano* (espanhol), *zíngaros* (itália), *ciganos* (Brasil) são assim chamados por conta da suposta origem Egípcia, África.

Figura 01 - Rotas datadas do processo de migração dos povos ciganos, saindo do Oeste Oriente Médio ao Ocidente Europeu

Fonte: DNA Consultants [5]

A primeira onda migratória cigana que se tem notícia teria acontecido por volta do século XII, motivada pela guerra contra os turcos na Índia, onde grupos ciganos saíram em debandada da Índia para Europa. Há também outros relatos que tentam justificar o "nomadismo cigano", embora nunca se tenha comprovado a veracidade dessas histórias, como nos conta Frans Moonen:

> Dizem que eles próprios contavam que foram punidos por abdicarem do cristianismo, quando foram vencidos pelos sarracenos (muçulmanos) que lhes obrigaram a renegar a fé cristã. Portanto, foram proibidos de possuir terras próprias. Para se redimir andaram até Roma para se confessar com o Papa que lhes ordenou, como penitência, andar sete anos consecutivos pelo mundo sem parar (Moonen, 2013, p. 26).

Os ciganos seguiram para o Ocidente, onde se deslocaram entre a Europa Central e Oriental por volta do século XII. Como estrangeiros de pele escura, falantes de outros dialetos e de diferentes costumes, os ciganos causaram estranheza. No entanto, alguns bandos ciganos apresentavam líderes com títulos de nobreza, como de condes ou duques.

[5] Figura 01 disponível no link: https://dnaconsultants.com/sinti-gene/

> Os ciganos portadores de título de nobreza se apresentavam as autoridades civis e eclesiásticas normalmente por nomes cristãos, bem vestidos, portando apetrechos ornados em ouro e prata, andando com cavalos de raça, além de demonstrar um vocabulário e comportamento refinado. Se eram nobres reais ou autodeclarados, isso não se sabe, no entanto, a etiqueta e os privilégios dos nobres europeus eram exercidas por eles, de tal forma que o resultado dessa representação tinha seu efeito positivo: a obtenção de cartas de apresentação e salvo-condutos, muitas vezes concedidos por reis, príncipes e até Papa, que lhe garantiam a melhor acolhida possível com relação a hospedagem, alimentação e dinheiro (Moonen, 2013, p. 21).

Os salvo-condutos, bem como documentos de apresentação, eram frequentemente usados por peregrinos e viajantes europeus como forma de conseguir uma boa recepção onde passavam. Conta-se que os ciganos aprenderam o valor desses documentos observando os peregrinos e viajantes que passavam pelos portos de Constantinopla ou da Grécia, e resolveram imitar este exemplo como forma de conseguir uma fonte de renda quando decidiram migrar para Europa Ocidental (Fraser, 1992). Esses documentos realmente possibilitaram aos ciganos uma maior assistência das autoridades locais, que lhes forneciam alimentação, dinheiro e hospedagem. Há também registro nas prefeituras de Munique, na Alemanha e de Basileia, na Suíça, de gastos com ciganos.

> A prefeitura da cidade de Munique em 1418 entregou aos ciganos uma boa soma em dinheiro, pão, carne e vinho, como esmola em nome de Nossa Senhora bem como a prefeitura de Basileia, na Suíça, no mesmo período fez o mesmo com o pagamento de seis carneiros e uma meia carroça de vinho. Como também prefeituras que se utilizaram de pagamentos como forma de impedir que os ciganos entrassem em suas cidades. Como o caso da cidade holandesa de Midelburgo, entre 1457 e 1476 foi visitada por no mínimo seis "condes" ciganos diferentes: 1457 – conde Constantino, com grande séquito, recebeu 16 florins e prometeu nunca mais voltar; 1458 – conde Nicolau com 60 seguidores, recebeu dinheiro sob a mesma condição de nunca mais voltar (Moonen, 2013, p. 20 e 24).

Em meados do século XV, os salvos condutos começam a ser expedidos com menor frequência e com prazo de validade, principalmente por conta de possíveis falsificações. As poucas cartas que eram expedidas solicitaram aos ciganos algumas condições, além de ter prazo de validade por um ano, como no caso do salvo-conduto expedido ao cigano Miguel "conde dos Czygenier" pelo rei Frederico III, Rei do Santo Império Romano, que autorizava os ciganos a viajar por todo o reino e comprar todas as suas necessidades, desde que pagando em dinheiro, comportando-se bem e não

incomodando ninguém (Moonen, 2013). A partir daí, a "boa acolhida" deixa de existir, não há mais as generosas doações de dinheiro e de alimentos nem a hospitalidade fidalga. A realidade torna-se crua e dura para os ciganos que começam a ser documentados como um povo pobre, incluídos na categoria geral de "*Mendigos e Vagabundos*" (Moonen, 2013, p. 31). Com o fim dos salvo-condutos, a situação dos ciganos começou a piorar: as expulsões tornam-se "a regra", assim como as punições físicas e confiscos de bens para aqueles ciganos que ousassem desobedecer a ordem local.

Em países como a Espanha e Portugal, a ordem do Estado foi tentar incluir os ciganos na sociedade tradicional. Para isso, os ciganos eram proibidos de exercer seus costumes e de falar seus idiomas ciganos em público. Deviam encontrar um emprego formal submetido a um patrão e parar de viajar juntos, senão seriam banidos do país ou punidos em trabalhos nas galés durante vários anos. Daí, a saga cigana novamente se repete entre banimento, perseguição e andanças.

1.1 - A Escravidão Cigana

A partir do século XII, os ciganos se espalharam por toda a Europa. Traziam consigo a esperança de encontrar um novo lugar que pudessem dar dignidade aos seus pés. Grande parte dos ciganos, nessa época, concentrou-se na Europa Central e Oriental, principalmente entre os países que hoje chamamos de Bulgária, Romênia e Hungria. Nesse período, migraram para Transilvânia, Valáquia e Moldávia (atual Romênia), onde foram capturados e escravizados. A escravidão dos ciganos na região dos Balcãs seguiu até o século XIX. Moonen menciona em seu estudo aproximadamente 500 anos de escravidão cigana. Para ele, há possíveis motivos que levaram a escravidão dos ciganos: a) prisioneiros de guerra; b) pessoas famintas que se vendiam pra comer; c) servos que se transformaram em escravos (Moonen, 2013).

Normalmente, os ciganos escravizados serviam aos principados: coroa, mosteiros, nobres, fazendeiros ou cidadãos abastados. Quase todos os ciganos escravizados eram de etnia *Rom-Kalderash*, falantes da língua *romani*, também chamados como *Rom*. Até hoje, os *Rom*, divididos em subgrupos como os *Kalderash, Matchuaia, Lovara, Curara*, são predominantes nos países balcânicos. A dinâmica de assimilação cultural é recorrente na interação de grupos étnicos com a sociedade que os recebem. Os padrões culturais da sociedade hegemônica normalmente são impostos para a minoria étnica como

forma de inseri-los na sociedade. No caso dos ciganos não foi diferente. Após 500 anos de escravidão, os ciganos continuaram a incorporar elementos de outras culturas com as quais tiveram contato, sendo esse, muitas vezes, impositivo e violento. Reconhecem-se como um povo de tradição oral, que preserva suas tradições pela transmissão cultural oral, à qual pertence e legitima sua identidade perante o grupo.

Com o surgimento do movimento abolicionista no século de XIX na Europa, havia uma preocupação com a abolição de escravos africanos na América, no entanto, o que se falava sobre os ciganos escravos? Como disse o abolicionista romeno Kogalniceanu: "*Os europeus estão organizando sociedades filantrópicas para a abolição da escravidão na América, mas no seio do próprio continente da Europa, existem 400.00 ciganos que são escravos, e outros 200.000 que são igualmente vítimas de barbaridades*." (Honcock 1987, p. 33). Embora as ideias abolicionistas foram propagadas na Europa durante o iluminismo no século XVIII, só penetraram a Europa Oriental em meados do século XIX. Só em 1864 a escravidão cigana foi abolida quando os reinos da Valáquia e Moldávia foram unidos e passaram a constituir a Romênia.

1.2 - Da escravidão ao trabalho nas Galés

1.3 - A construção da identidade "ser Cigano"

A palavra "cigano", construída como identidade étnica, partiu das experiências compartilhadas dos *gadjés* com os ciganos. Nessa relação a identidade cigana foi nutrida por um vasto conteúdo cultural que se difunde na representação dos ciganos no imaginário e que se aplica na realidade, seja de experiências boas ou ruins. O arcabouço cultural ampliou a complexidade de identidades plurais. Há poucos estudos realizados por ciganos sobre sua própria identidade, considerando seu povo e cultura. A grande parcela dos estudos publicados é escrito por *gadjés.*

Segundo o historiador Rodrigo Teixeira (2008), de modo geral, "cigano" carrega uma série de problemáticas semânticas, ideológicas, políticas, antropológicas etc.:

> No domínio dos ciganos não existem senão múltiplas identidades. Daí o termo cigano não designa as comunidades por nomes que elas próprias dão para si. Ele designa, isto sim, uma abstrata imbricação de comunidades ciganas. A diferença é muito grande, pois a realidade não existem ciganos, mas sim diversas comunidades (historicamente

> diferenciadas), chamadas de ciganas, mantendo relação de semelhança ou dessemelhança uma com as outras. Na falta de um vocabulário que designe com propriedade o conjunto completo de todas as comunidades ciganas, adota-se a expressão "ciganos", cujo sentido é aceito na sua generalidade. (Teixeira, 2008, p.11)

Em consequência da falta de um vocabulário apto a definir as múltiplas identidades que representam as comunidades ciganas, sigo usando "ciganos" de forma geral e afirmando a "etnia" das comunidades ciganas que se nomeiam por uma determinada identidade étnica, como os Calon. Há uma palavra politicamente correta para designar os povos ciganos: povo *Romani*[7]. Cigano se torna *Rom*, cigana se torna *Romi,* assim como *Calon* é usado para cigano e *Calin* para cigana, usando a forma em gênero para designar o indivíduo que pertence à etnia *Romani* (Vasconcelos e Costa, 2015). No entanto, ainda está em discussão a aceitação da palavra *Romani* para definir a identidade que represente todos os povos ciganos. Não se trata de um termo difundido e aplicado pelas diferentes etnias ciganas, bem como ainda não se caracteriza como um termo comum que reconheça a maioria das comunidades ciganas.

Para o antropólogo Frederick Barth, as experiências culturais e a dinâmica da cultura social são construídas entre as semelhanças e contrastes na relação dos grupos étnicos e que transbordam as barreiras criadas e mantidas por relações de poder e processos de controle. Barth nos convida a olhar, por uma perspectiva mais ampla, o conceito de cultura, considerando os fluxos de ideias que o compõem.

> Devemos pensar a cultura como algo distribuído por intermédio das pessoas, entre as pessoas, como resultado das suas experiências. Ao terem experiências semelhantes e se engajarem mutuamente em reflexões, instruções e interações, as pessoas são induzidas a conceitualizar. … A cultura está em um estado de fluxo constante. Não há a possibilidade de estagnação nos materiais culturais, porque eles estão sendo constantemente gerados, à medida que são induzidos a partir das experiências das pessoas. (Barth, 2005, p.17)

Para os *gadjés,* a identidade cultural do que é "ser cigano" está atribuída a elementos disseminados. É comum se lembrar, no aspecto positivo, das roupas coloridas, da música, das danças ou como exóticos, ladrões, "povo errante", no aspecto negativo. A disseminação de um pensamento que definia "ser cigano", baseado em elementos culturais

[7] *Roma* é o termo politicamente correto para designar os ciganos. *Romani* é usado como adjetivo, também apresentando variações em sua grafia, com "r" duplicado, *Rrmomani*, ou com "y" *Romany.* Designa, ainda, a língua falada pelos *Rroma*, também conhecida como *Romanês* e *Romanó* (Vasconcelos e Costa, 2015: 13).

e em estereótipos preconcebidos, popularizados nas artes e na literatura, além de influenciados pelas experiências dos *gadjés*, teve abertura no período romântico. Há várias obras artísticas que cultuavam a identidade cigana como um símbolo da integração perfeita entre o homem e a natureza em liberdade, ao mesmo tempo em que essa representação do "ser cigano" carregava estereótipos pejorativos. É o caso de Esmeralda de Victor Hugo, de Carmen de George Bizet, e de *La Gitanilla* de Miguel de Cervantes, retratos de que, à medida que eram desejados, eram também abnegados.

> As convenções mais depreciativas se espalharam no século XIX, apresentando os ciganos como selvagens e marginais que se entregavam ao sobrenatural, ao misterioso e ao crime: eles podiam ser usados em livros para crianças ou adultos, como uma estratégia de construção do roteiro, explicando roubos, estranhos acontecimentos ou eventos ocultos ou (seguindo uma história precedente de Cervantes em *La Gitanilla* e depois Moll Flanders de Defoe) o relato do desaparecimento de crianças roubadas de seus pais. (Fraser, 1995, p. 197)

Esses estereótipos foram difundidos também a nível acadêmico e científico no período renascentista. Não só as obras artísticas, mas os verbetes de enciclopédias e dicionários clássicos da Europa foram fundamentais para a consolidação de visões e estereótipos sobre os ciganos baseados no imaginário *gadjés*. Segundo o pesquisador Dimitri Fazito (2006), muito do que se acredita "ser cigano" até hoje foi construído na Idade Média:

> A condenação moral dos ciganos como indivíduos perversos, hereges e selvagens e, consequentemente, a suposição de banditismo, violência e vagabundagem tomaram contornos definitivos ao longo dos séculos XVI e XVII, graças à incorporação dessas representações populares sobre os ciganos na literatura e nas caracterizações artísticas do início da Idade Moderna. (Fazito, 2006, p. 693 e 701).

Em 1751, encontramos na Enciclopédia de Diderot uma representação sobre os ciganos já amplamente aceita entre a população. Ali, os ciganos são definidos como "*vagabundos que professam ler a sorte através da leitura das mãos. Seu talento está em cantar, dançar e roubar*" (Fraser, 1995, p. 147). Essa representação foi difundida e sustentada entre os intelectuais burgueses por meio dessa construção estereotipada presente nos dicionários e enciclopédias, valorizados como as principais fontes de informação da época. Goffman (1980), ao descrever os tipos de estigmas sociais, afirma que os povos ciganos se enquadram em todos.

> O primeiro referente às "abominações do corpo" porque podem não ter nenhuma deficiência física, mas existe pela forma de apresentação visual, principalmente das mulheres ciganas; a segunda pela "culpa de caráter individual", quando são atribuídos aos ciganos conotações como a desonestidade, desemprego e alcoolismo, e, por último, os "estigmas tribais" de raça, nação e religião por possuírem um conjunto de crenças diferenciados, principalmente pela prática da cartomancia, quiromancia (leitura das mãos) e pelo uso de uma linguagem própria não compartilhada com os *gadjés*. (Goffman, 1980, p. 07).

Muito do que foi construído sobre a identidade cigana foi difundido pela sociedade *gadjé*, o que implica um silenciamento das experiências culturais dos ciganos. Para Barth, há três processos contrários na dinâmica das relações culturais: os processos de controle, silenciamento e apagamento das experiências. A cultura que cada pessoa está acumulando e vivendo está em constante reformulação, não apenas devido à sua expansão, mas também por ser limitada e canalizada por esses três processos (Barth, 2005). Esses três processos trabalhados por Barth tendem a ser submetidos nas relações entre grupos, com o intuito de apagar ou silenciar experiências ruins dos contatos interétnicos. Essa forma de manter as regras de controle no grupo interno e na relação com outro estabelece barreiras divergentes e conflituosas.

Não precisa ir longe para saber que essas definições discriminatórias acompanham os ciganos até hoje. Recentemente, em 2015, uma campanha espanhola sobre a discriminação contra ciganos[8] tornou-se um viral nas redes sociais. A campanha convidou várias crianças ciganas para lerem a definição da palavra "cigano" presente no dicionário da Real Academia Espanhola. Essas ficaram surpresas ao encontrar a palavra "trapaceiros" como uma definição para ciganos. Houve também uma versão brasileira com crianças ciganas, onde se repetia uma definição parecida no dicionário Global de Língua Portuguesa: "*povo de vida errante… astuto, velhaco, trapaceiro...*" É impressionante como essas definições discriminatórias, que ainda resistem ao tempo, fundamentam a construção de uma identidade social.

No movimento atual, precisamos trazer à luz as vozes silenciadas para desconstruir os estereótipos pejorativos ou como afirma Barth, os "mitos culturais" precisam ser desconstruídos. É importante reduzir a consciência que as pessoas têm dessas diferenças específicas, bem como alertá-las para todas as outras diferenças cruzadas e interesses comuns que elas têm como indivíduos compósitos (Barth, 2015).

[8] Campanha #YoNoSoyTrapacera, na íntegra: https://www.youtube.com/watch?v=DqBvpWbmdkQ

CAPÍTULO II:

PRA ONDE IR?

Djelém djelém lungóne droméntsa,
Maladilém baxtalé Rroméntsa.
Ah, Rromalé, katár tumén avén,
E tsahréntsa, baxtalé droméntsa.
(Jarko Javanokic)[9]

2.1 - Existem ciganos no Brasil?

Durante toda minha pesquisa sobre a cultura cigana, no período de minha graduação, foi frequente escutar a mesma pergunta, dentro e fora do ambiente acadêmico, "*Existem ciganos no Brasil?*". Normalmente respondia com convicção, no entanto, comecei a refletir sobre a questão: se existem ciganos no Brasil, onde estão eles? Por que não são vistos? Ainda nos primeiros anos da escola básica, aprendemos que o povo brasileiro é uma miscigenação entre vários povos étnicos, especialmente entre indígenas, europeus e africanos.

Ao chegar na universidade, quando mudei minha opção de graduação de Ciências Sociais para Antropologia, da *UFRPE*[10] para UNB[11], tive a oportunidade de olhar, com mais afinco, as nuances da diversidade multicultural e étnica presentes na origem da miscigenação do povo brasileiro. No entanto, tanto na escola, quanto no universo acadêmico, o contato com a cultura cigana foi escasso. Conto nos dedos o contato com antropólogos e pesquisadores que estudam a cultura cigana e continuo a contar quantos estudos brasileiros encontrei até hoje sobre os ciganos. Daí é possível imaginar o que se sabe sobre os ciganos e sua contribuição na formação cultural do país, sendo citado no processo educacional brasileiro. Talvez seja por isso também que essa pergunta seja tão

[9] *Djelém Djelém* é o hino do povo *rom* composta pelo cigano iugoslavo Jarko Javanokic durante o I Congresso Mundial Cigano, em 1971. Tradução do trecho: "*Andei, andei por longas estradas,* | *E encontrei os de sorte.*| *Ai ciganos, de onde vocês vêm,* | *Com suas tendas e crianças famintas?*".
[10] Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE.
[11] Universidade de Brasília - UNB.

corriqueira, então, existe mesmo ciganos no Brasil? Para tentar responder essa questão trago alguns estudos, especialmente do historiador Rodrigo Teixeira, intitulado A História dos Ciganos no Brasil, realizado em 2008, bem como de outros pesquisadores, assim como já fora citado Frans Moonen.

Os primeiros ciganos de que se tem notícia no Brasil vieram deportados de Portugal. O cigano João Torres, sua esposa Angelina e alguns filhos são normalmente citados como os primeiros ciganos a desembarcar no Brasil, isso de acordo com documento português datado de 1574, apesar de não haver registros no Brasil que comprovem a chegada deles. Tudo indica que os ciganos começaram a ser deportados para o Brasil a partir de 1686 (Moonen, 2013, p. 87). Dois documentos portugueses daquele ano informam que os ciganos deviam ser degredados para o Maranhão e outro documento, de 1718, cita ciganos sendo degredados para Pernambuco a Bahia (Coelho, 1995).

Mas por que os ciganos começaram a ser degredados de Portugal para o Brasil? No século XV, os ciganos chegaram a Portugal atravessando a fronteira da Espanha. Para contê-los, criou-se uma legislação específica que tinha como objetivo enquadrar os ciganos na organização social portuguesa. A legislação obrigava os ciganos a sedentarizar os grupos, a abdicar de seus trajes, hábitos culturais e linguísticos, bem como seus trabalhos autônomos, caso contrário eram punidos. Como punimento eram enviados para trabalhar nas galés durante anos, quando não, eram presos ou até mortos. Em 1538, a denominada Lei XXIV das Cortes institui punir os naturais do Reino, com ida, por 02 anos, para um dos lugares da África (Coelho, 1892). O Brasil, então, começou a receber os degredados de Portugal, pois o banimento tinha como objetivo higienizar Portugal dos marginais, mascarado como uma tentativa de correção comportamental e punimento dos degredados. A pesquisadora portuguesa Elisa Maria Lopes da Costa também afirma a necessidade de povo corajoso para desbravar as entranhas do Brasil colônia:

> Havia a necessidade de povoar as terras descobertas pelos portugueses ou que, dominadas por outros povos, ficaram submetidas em regra pela força das armas, a Portugal. Assim, era necessário encontrar gentes destemidas, aventureiras ou audazes, disposta a arriscar tudo, a começar pela própria vida, a fim de que os territórios dominados pela Coroa pudessem render o máximo. (Costa, Elisa Maria L, 1998, p. 38)

Com o baixo povoamento do Reino e pouca aderência de emigrantes que aceitassem de forma voluntária e livre partir de Portugal para desbravar as terras

descobertas, o jeito de resolver esse problema, foi enviando os degredados para as colônias. E é nesse contexto que os ciganos chegam ao Brasil. Normalmente, eram deportados para o Maranhão, seguidamente para Pernambuco e Bahia, na função de desbravar os sertões das capitanias que eram habitados por índios, pois também era o intuito tê-los afastados das regiões mineradoras, agrícolas e dos portos. Viajando pelo sertão, os ciganos exerciam funções econômicas no comércio ambulante, de animais ou objetos e de escravos. Além disso, também trabalhavam na manipulação de metais, sendo caldeireiros, ferreiros, latoeiros e ourives; as mulheres rezavam de quebranto e liam a sina (*buena dicha*). Em 1798, com a população escrava representando 48,7% da população total, o comércio de escravos torna-se valorizado, e, com isso, cresce a valorização social dos ciganos, conhecidos por exercer essa atividade comercial e reconhecida com uma atividade útil e importante pela grande parte da população (Teixeira, 2008, p. 07).

A instalação da corte portuguesa no Rio de Janeiro em 1808, junto com as suas consequências imediatas (com abertura dos portos às nações amigas), proporcionou uma ascensão econômica dos ciganos, principalmente aos comerciantes de escravos. Nesse mesmo período, também coincidiu com ascensão do movimento romântico na Europa que repercutia no Brasil, com a visão de que os ciganos eram a encarnação dos ideais da vida livre e integrada à natureza (Teixeira, 2008). Há uma valorização dos artistas ciganos, principalmente da música e da dança, sendo requisitados em festas importantes da elite e da corte no Rio de Janeiro. Conta-se que o rico cigano Joaquim Rabelo patrocinou as danças e homenagens ciganas, por ocasião do casamento de D. Pedro I com a Princesa Leopoldina, em 1813 (Mello, 1981). Tornou-se frequente a participação dos ciganos nas festas da corte portuguesa. Foi um período *sui generis* na história dos ciganos no Brasil, onde muitos ciganos ascenderam financeiramente e tiveram uma valorização no status social. Porém, com o retorno da família real em 1821 e, em seguida a independência do Brasil, os momentos áureos dos ciganos chegam ao fim.

Em meados do século XX, o império levanta o discurso da miscigenação entre o branco, o negro e o índio como fundamental na formação do patriotismo e na consolidação da nação, excluindo a presença dos ciganos nessa composição.Com o início da Belle Époque Brasileira, onde a ideia de modernização e civilização europeia são incorporados aos costumes das elites brasileiras, começa a se estabelecer uma nova organização das cidades: higienização das vias públicas e exclusão dos centros urbanos de indivíduos que não se adequam aos novos padrões da cidade. É nesse contexto que a

repressão às populações marginalizadas se intensificam, entre elas, os ciganos.

Os ciganos que já não eram bem-vindos, começam a ser perseguidos e expulsos dos centros urbanos. Com a condenação do escravismo, os ciganos passam a se concentrar na venda ambulante de objetos e de animais. As expulsões começam a ser mais frequentes, e em alguns Estados, como em Minas Gerais, é permitido aos civis prender ciganos com as próprias mãos e os entregar para as autoridades policiais, caso perturbem a vizinhança ou cometam algumas infrações, como pequenos roubos. No entanto, há relatos de ciganos serem capturados, presos e até mortos por civis pelo fato da sua condição étnica. A velha política "*mantenham-os em movimento*" volta a ser a ordem aos ciganos: o Rio de Janeiro expulsa seus ciganos para o Espírito Santo, onde partem para São Paulo, novamente não são bem recebidos. Assim, vão para Minas Gerais, seguidamente, para a Bahia, e assim seguem, ou seja, o melhor lugar para os ciganos é sempre no bairro, no Estado, no país vizinho e cada vez mais distante (Moonen 2013, p. 89)..

2.2 - Quem são os ciganos que chegaram ao Brasil?

Nas últimas décadas pesquisadores e historiadores chegaram à distinção dos ciganos em três grandes grupos: O grupo Rom, demograficamente majoritário, tendo sua história vinculada à Europa Central, de onde migraram a partir do século XIX para o leste da Europa e para a América. Dividem-se em vários subgrupos como: *Kalderash, Matchuara, Lovara e Tchurara.* O grupo Calon teve um contato prolongando com os povos ibéricos. Da península Ibérica, onde ainda não eram numerosos, povo o Calon migrou para outros países da Europa e América. Foi de Portugal que vieram para o Brasil. Além disso, há o grupo *Sinti*, também conhecido como *Manouch,* cuja expressividade está na Alemanha, Itália e França.

No Brasil, a presença dos três grupos é notada, embora alguns grupos possuam uma maior expressividade numérica, caso dos Calon e dos Rom. Até o século XVIII, acredita-se que só existiam *Calons* no Brasil, principalmente pelo estímulo das políticas de deportação dos degredados de Portugal. Pela metade do século XIX, com abertura do país para a imigração de europeus, chegaram o *Rom* e *Sinti*, embora a imigração dos Rom para Brasil tenha sido numericamente mais expressiva. Apesar do país proibir a entrada de ciganos, os Rom entraram clandestinamente, apropriando-se da identidade europeia dos países que estavam emigrando para burlar essa regra.

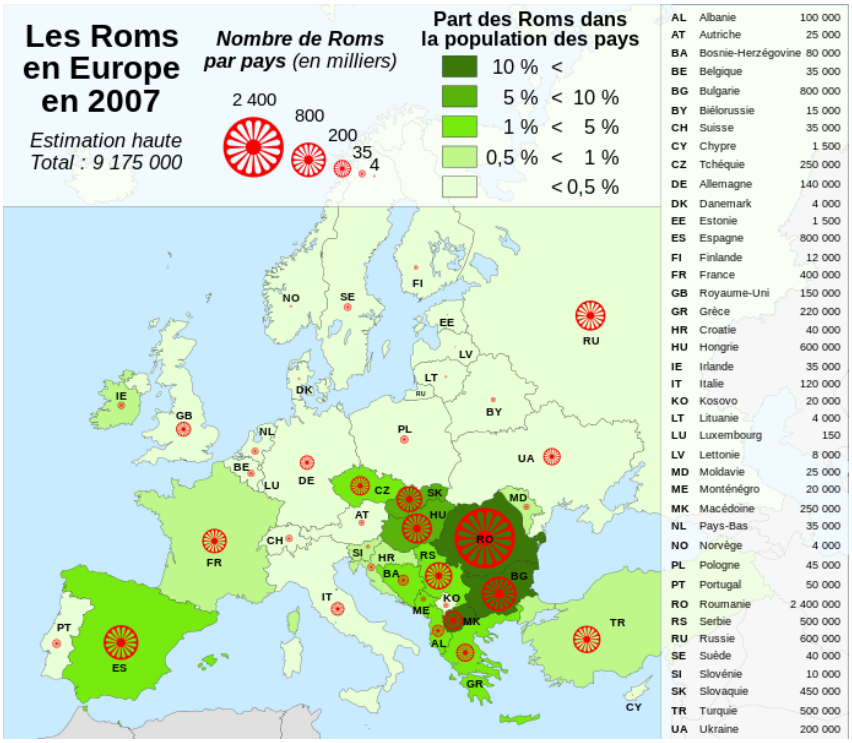
2.3 - Juscelino Kubitschek - O presidente cigano

Poucos sabem, principalmente por não ser citado nos livros didáticos, que um dos presidentes mais famosos do Brasil, Juscelino Kubitschek, é de origem Rom. De acordo com os registros, o primeiro Rom a chegar nas terras mineiras foi Jan Nepomuscky Kubitschek que trabalhou como marceneiro no Serro e em Diamantina. Conhecido como "João Alemão", era um imigrante vindo da Boêmia, então parte do Império Austro - Húngaro, que deve ter entrado no Brasil por volta de 1830 - 1835, casando-se pouco depois com uma brasileira (Monteiro, 1995, p. 325 e 477). Em seu matrimônio com Teresa de Jesus, teve dois filhos: o primeiro João Nepomuceno Kubitschek, que viria a ser um destacado político, e segundo, Augusto Elias Kubitschek, um comerciante que viveu toda sua existência em Diamantina. Augusto teve uma filha, Júlia Kubitschek, que viria a ser a mãe de Juscelino Kubitschek. (Teixeira, 2008, p. 28)

2.4 - Os ciganos no presente

Em valores populacionais, a concentração majoritária de ciganos na Europa. Os dados são estimados, mas se acredita que aproximadamente 9 milhões de ciganos vivam espalhados na Europa. Há certa complexidade em recolher dados sobre a população cigana por alguns motivos: a inexistência ou inconfiabilidade de censos oficiais, chegando a subestimar a população cigana como minoria étnica; muitos ciganos têm medo de se identificarem como tais, devido a secular discriminação e perseguição pela população. (Moonen, 2013).

Figura 02: Mapa da concentração populacional dos ciganos na Europa[12]



Fonte: Éditions du Conseil de l'Europe.

Os dados históricos sobre os ciganos no Brasil são escassos, e os poucos escritos sobre eles datados desse período mostram dados enviesados, distorcidos pela visão etnocêntrica, apresentando os ciganos de forma pejorativa, como ladrões (de galinhas a cavalos, e inclusive de criancinhas) e assassinos, embora não se verifiquem dados concretos destes supostos crimes. Estima-se uma quantidade superior a 500.000 ciganos Brasil, chegando a estimativa de até 1.000.000 de ciganos em todo território nacional. Contudo, isso não passa de dados hipotéticos, tanto por não haver um censo nacional onde inclua os ciganos como uma categoria étnica quanto pelos ciganos que, para se prevenir de perseguições, costumam não se identificar.

Recentemente, um relatório da Agência Europeia para os Direitos Fundamentais de 2016 afirmou que 80% da população cigana europeia vivia abaixo do limiar da pobreza, onde 30% vive em casas sem água potável e 46% não tem casa com banheiro interior. Essa situação lamentável é um reflexo para a maioria dos ciganos no mundo inteiro, sendo que no Brasil não é diferente. De acordo com relatório Direito de

[12] Mapa da figura 03 disponível pelo link: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Roma_in_Europe_2007_map-fr.svg

Minorias da Organização das Nações Unidas (ONU) de 2015, a situação é crítica dos acampamentos ciganos no Brasil espalhados por 291 municípios:

> Muitos não têm eletricidade, água potável e saneamento, apesar de famílias viverem ali por mais de 20 anos. Outra preocupação apontada pelo relatório é a dificuldade de acesso à escola e a alta taxa de analfabetismo. O preconceito é um obstáculo para o ingresso em escolas públicas. (Relatório ONU, 2015).

Se compararmos esses dados com uma amostragem no Distrito Federal, pode-se dizer que a realidade se aproxima. Estima-se que no Distrito Federal vivam aproximadamente 2.000 ciganos, sendo a grande maioria de etnia Calon, segundo a Codeplan - Companhia de Planejamento do DF - um estudo de 2016, confirma a precariedade em que vivem os ciganos:

> Dos ciganos entrevistados, apenas 2,3 % afirmam ter calçadas onde moram; só 21 % têm banheiros e 24 %, rede de distribuição de água. Ainda somente 24 % contam com serviço de coleta de lixo e 13 %, esgotamento sanitário adequado (rede geral ou fossa séptica). E apenas 24 % das casas contam com iluminação elétrica de qualquer tipo. (Codeplan, 2016)

As comunidades ciganas estão entre as comunidades mais discriminadas e marginalizadas social e economicamente, sendo politicamente subordinadas aos membros das sociedades em que vivem. Como forma de reivindicar direitos básicos (saúde, educação e moradia), comunidades ciganas começaram a se organizar politicamente, fundando associações para representar a comunidade juridicamente, isso tem favorecido o contato direto de lideranças ciganas com agentes públicos e lideranças civis, o que motivou o início de um processo de discussão e legislação de políticas públicas para ciganos nos últimos 20 anos, no Brasil e na Europa.

CAPÍTULO III:

PORQUE FICAR?

3.1- Cigano bom é no quintal do vizinho!

As histórias que minha avó contava sobre as andanças com meu avô sempre estimularam minha imaginação e curiosidades sobre os ciganos. Imaginava-os audazes aventureiros que seguiam a vontade dos ventos em desbravar novas terras. Minha avó nunca mencionou as dificuldades da andança, pelo contrário, a mala pronta esperando a próxima viagem, como ela dizia, era parte das lembranças que traziam a saudade pela estrada de quem parou as viagens itinerantes para cuidar dos filhos e da casa. Meus avós não eram ciganos, mas acompanharam alguns bandos no interior da Bahia, em Feira de Santana principalmente. Meu avô era um comerciante ambulante, como a grande parte dos ciganos: andar era parte do seu ócio. Mesmo após o nascimento dos filhos, quando fixaram em uma casa em Caruaru, meu avô continuou a viajar sozinho com seu comércio ambulante, entre a Bahia e Pernambuco.

Sempre me entusiasmo ao pensar nas andanças pela estrada, as diferentes histórias e realidades que podem ser descobertas ao passar em cada trajeto. Quando tive meus primeiros contatos com lideranças ciganas entre 2012 e 2013 em eventos sobre os povos ciganos no Brasil, escutei muitas vezes as lideranças falarem o quanto é difícil a vida à margem da estrada por falta de políticas públicas que garantam ações de assistência básica capazes de favorecer uma assistência aos ciganos com ampla estrutura: educação, saúde, habitação e segurança, por exemplo.

Esses encontros com lideranças ciganas foram fundamentais para cair por terra minha imaginação romântica despertada com as histórias da minha avó. Numa conversa com o sr. Wanderley da Rocha, líder do acampamento Calon em Sobradinho, ele fez declaração quando a ser nômade: *"(...) A moça fez uma pergunta: vocês viajam porque gostam? ... Olha, os ciganos viajam o Brasil inteiro não é porque gosta, é em busca de*

sobrevivência, em determinada hora, por não ter apoio por onde a gente para(...)"[13]

A partir de diálogos como esse, com lideranças ciganas e autoridades públicas que lutam a favor dos direitos humanos de grupos étnicos, o tema territorialidade e o direito de ir e vir se tornou uma pauta recorrente.

3.2- O Direito de ir e vir

A migração tem por característica ser um movimento compulsório, ou seja, o deslocamento constante de migrantes não advém da livre e espontânea vontade de ir e vir, mas de uma forma de sobrevivência e de resistência de grupos sociais historicamente excluídos. (Vanelli, 2010). A pesquisadora Marta Vanelli também observa que a história da migração dos povos ciganos é uma mescla de obrigatoriedade com livre arbítrio, no sentido de que os ciganos têm autonomia para definir seu deslocamento.

Ao longo da história os ciganos construíram seu modo de vida pela estrada, suas habilidades econômicas se baseiam no deslocamento, assim como na criação de redes solidárias com outros grupos ciganos com quem também se conectaram ao longo da estrada. Sendo assim, pode-se dizer que os ciganos também se deslocavam em busca de melhores condições econômicas, traçando rotas que beneficiassem seu comércio ambulante, ativando o contato com outros grupos ciganos, de forma que os líderes ciganos fossem conhecidos em diversos lugares do país (Bonomo, 2009). Entretanto, é fato que os ciganos vivem em um sistema social paralelo e excludente: distanciados da sociedade *gadjé,* embora vivam das influências culturais não-ciganas, como o acúmulo de capital, consumismo, acesso às novas tecnologias e até mesmo o sedentarismo (Vanelli, 2010, p. 04). As realidades são distintas entre ciganos e *gadjés*, e por isso vem a ser tão problemática.

A identidade do grupo étnico cigano é marcada por valores fundamentados na estrutura social e nas relações de parentesco, tendo como características: a valorização e respeito aos membros mais velhos e crianças, a importância atribuída à virgindade como honra familiar, a preservação da autoridade ou líder do grupo, a distinção de tarefas e responsabilidades por gênero, cabendo ao homem cigano o provimento material da família,

[13] Trecho de uma entrevista informal gravada por mim, com o líder Calon Wanderley da Rocha, presidente da Associação Nacional das Etnias Ciganas do Brasil, em maio de 2013.

enquanto à mulher cigana cabe a responsabilidade de cuidar dos filhos e dos serviços domésticos, além da obediência ao código cigano, que pode levar ao banimento e esquecimento perante o grupo, caso o cigano o desobedeça.

No entanto há uma interdependência no aspecto econômico entre os ciganos e *gadjé*, já que a sociedade *gadjé* é fonte de sobrevivência dos ciganos, enquanto para os *gadjé* a sociedade cigana é invisível. Invisibilidade é a palavra que explica a presença dos ciganos no Brasil por quase 500 anos. Uma grande parcela dos ciganos nômades não é reconhecida como indivíduo. A falta de endereço fixo obsta o registro de nascimento, consequentemente o direito ao sistema de saúde, à escola pública, e aos benefícios dos programas sociais, dessa forma, não existindo para o Estado os ciganos nômades. Não possuir um endereço fixo é um entrave ao acesso aos direitos básicos de um cidadão brasileiro. Por esse motivo, os ciganos nômades continuam na invisibilidade e muitos, em condições miseráveis. Na contra mão, várias organizações ciganas estão lutando para reconhecimento de leis de proteção e preservação dos povos ciganos e seu direito à cidadania, afinal, todo ser nascido no Brasil é cidadão brasileiro, independentemente de sua etnia. E como disse o Rom José Ruiter de Alagoas na abertura da Semana Nacional dos Povos Ciganos em 2013:

> Com licença, sou cigano, sou cidadão brasileiro e tenho tanto direito de ter acesso à saúde, à educação, ao transporte de qualidade, saneamento básico do que você que está aí. E não é o seu pré-julgamento sobre mim que vai dizer onde eu posso ou não posso ir. (José Ruiter Cerqueira Junior – Cigano Rom - Alagoas).

3.3 – O direito à não-discriminação

É recente o debate sobre políticas públicas para povos ciganos, pois de forma clara os ciganos não existem na Constituição Federal de 1988 e não há uma legislação específica para os povos ciganos. Apesar disso, há alguns artigos da constituição de 1988 que se referem a minorias étnicas e que, de certa forma, englobam as etnias ciganas:

> O direito a não-discriminação:
>
> Art.3º. Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:
>
> I – construir uma sociedade livre, justa e solidária;
>
> IV – promover o bem de todos, sem preconceitos

> de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
>
> Art. 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.
>
> XLII – a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito a pena de reclusão, nos termos da lei."
>
> O direito à livre locomoção:
>
> Art. 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza.
>
> XV – é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens."
>
> O direitos à bens e valores culturais:
>
> Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.
>
> 1º - O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório brasileiro.
>
> Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:
>
> I – as formas de expressão; II – os modos de criar, fazer e viver; III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas.
>
> 3º - A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais."

Em tese, a constituição garante esses direitos para qualquer cidadão brasileiro, independente do grupo étnico do qual pertença, no entanto a prática, o fazer valer da legislação na dimensão social, passa invisível na esfera pública. Em 2006, o Governo Federal instituiu o Dia Nacional do Cigano, incluindo a data no calendário oficial de comemorações nacionais, a ser comemorado no dia 24 de maio de cada ano, medida a ser adotadas pelas Secretarias Especiais de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e dos Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH), conforme previsto no Artigo 2º do decreto, sendo um passo a visibilidade e legitimação dos povos ciganos como povos de cultura tradicional diante do Estado Nacional.

Desde lá, algumas conferências e eventos organizados pela SEPPIR e SEDH, vale destacar as Conferências Nacionais de Igualdade Racial - CONAPIRs e as

Conferências Nacionais de Direitos Humanos, contam com a participação de lideranças ciganas, associações e ONGs defensores dos direitos dos povos ciganos, na formulação de propostas a serem alavancadas como políticas públicas.

Não posso deixar de mencionar importância do Brasil Cigano - I Semana Nacional De Povos Ciganos, realizada entre os dias 20 a 24 de maio de 2013, em Brasília. Foi o primeiro evento a reunir comunidades ciganas, principalmente de etnias Rom e Calon, de diversas regiões do país. Brasil Cigano marca um momento ímpar na história dos povos ciganos no Brasil, proporcionando a abertura de diálogos entre o Estado político brasileiro e ciganos do Brasil. O evento teve por foco debater e criar soluções para as reivindicações dos ciganos junto ao Estado Brasileiro, com ênfase no acesso diferenciado às políticas públicas de cultura, saúde, desenvolvimento social, combate à discriminação, mecanismos de defesa dos direitos humanos e valorização das culturas ciganas. Relembro da fala do Rom José Ruitter, músico e líder do grupo *Leshjae Kumpanj*, na mesa de abertura do Brasil Cigano, ao falar com orgulho desse momento em que as vozes dos ciganos ressoavam alto para que todos pudessem ouvir:

> "Que nos ouçam pela primeira vez em 500 anos de história... Que olhe, que deixe... mais do que falar de nós, do que vocês pensam de nós, ouçam o que temos a dizer..." (Ruitter, 2013)[14]

A Semana acolheu 300 (trezentos) ciganos de diversas etnias, oriundos de 19 (dezenove) Estados e do Distrito Federal e contou com a participação de diversas secretarias e órgãos federais e governamentais com o intuito de apresentar e debater com os participantes as principais diretrizes das políticas de Educação, Saúde, Direitos Humanos e o Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal por meio de oficinas. Essas funcionaram como um importante espaço para as lideranças ciganas dialogarem com os órgãos responsáveis pelas políticas públicas sobre as principais dificuldades para acessá-las, contando, ao final, com a realização da plenária, onde foram apresentadas as reivindicações e soluções. Também contou com o lançamento do Guia de Políticas Públicas para Povos Ciganos, com foco em quatro eixos: direitos humanos, políticas sociais e de infraestrutura, políticas culturais e acesso à terra, sendo esses os principais eixos das reivindicações.

O Brasil Cigano foi um ponto importante na definição dos povos ciganos como

[14] Fala na íntegra registrada por vídeo. Abertura do Brasil Cigano, Brasília, 2013.

objeto de estudo, pois de fato foi meu primeiro contato com comunidades ciganas, de diferentes grupos étnicos e regiões do país, o que me possibilitou conviver com a rotina de famílias Rom e Calon que estavam acampadas no espaço dedicado para elas. Mesmo sendo um evento organizado por entidades públicas em parcerias com entidades ciganas e civis, notei a fragilidade da infraestrutura para atender necessidades básicas dos ciganos, como banheiros e sanitários, iluminação no período da noite na área acampada, que pudesse comportar com qualidade aproximadamente 150 ciganos em barracas.

No evento, havia poucos banheiros químicos expostos, ocasionando boas filas de espera. A parte do banho não oferecia privacidade, uma vez que as mulheres esperavam, do lado fora, as outras tomarem banho, pois não havia uma área privada de banheiro com fechamento cego, por exemplo. À noite, as lâmpadas eram insuficientes para iluminar as barracas. Essa condição, aparentemente, incomodou mais a mim do que a eles, principalmente à noite, quando a fogueira iluminava as rodas de festeiras ciganas, as lâmpadas sequer faziam falta.

O evento me trouxe uma perspectiva em amostragem de famílias ciganas acampadas e aparentemente nômades. Se dentro de um evento financiado, a infraestrutura se mostrou precária, o que esses ciganos e ciganas estão sujeitos ao longo da estrada? Expandindo para estruturas mais complexas, como preservação humana e cultural do grupo e a relação do grupo com o externo, a que estão sujeitos a viver durante suas andanças?

O direito de ir, vir e ficar é a possibilidade de um indivíduo ou grupo ter autonomia para criar seus próprios movimentos, de ser e estar no território que vive. Não basta apenas a terra, uma vez que a convivência com os outros, principalmente com os *gadjés,* influencia profundamente os trajetos das comunidades ciganas, sobretudo quando lhes é forçado a condição de ir.

O decreto nº 7.037 que aprova o programa Nacional de Direito Humanos - PNDH-3 cita como ações programáticas "*Garantir as condições para a realização de acampamentos ciganos em todo o território nacional, visando a preservação de suas tradições, práticas e patrimônio cultural*". Dentro do eixo orientador "*Universalizar direitos em um contexto de desigualdades*". Apenas na 1ª CONAPIR só três propostas apresentadas na Audiência Cigana sobre o tema de habitação e terra foram aprovadas:

> 1) Promover o mapeamento dos acampamentos ciganos(as) de todo o país;
> 2) Fomentar políticas de estabelecimento de áreas de acampamento dotadas de infraestrutura e condições necessárias para as comunidades ciganas nômades no Brasil.

> 3) Garantir às barracas ciganas o mesmo direito de inviolabilidade, estabelecido pela Constituição Federal de 1988, às casas. (Moonen, 2012, p. 30)

Como desdobramento dessas propostas, o MUNIC 2009 realizou o primeiro mapeamento de acampamentos ciganos no Brasil, constatando que 290 municípios reconheciam a existência de acampamentos ciganos em seu território e que a maioria destes municípios fica ao longo da BR 101 (IBGE, Comunicação Social de 13.05.2010). Quanto à garantia de alguma assistência municipal ou ao direito à inviolabilidade das barracas, trata-se de um sonho transcrito para o papel, mas que pouco se realizou na prática.

A questão fundiária para muitos ciganos é uma pauta importante de reconhecimento social. Para os ciganos, assentar-se em um território pode significar mais do que possuir uma terra: ficar é uma forma de integração na sociedade, de fortalecer a união das relações do grupo, fazer valer seus direitos como cidadão cigano-brasileiro, de resistir às pressões externas e criar a oportunidade de apresentar uma tradição cultural que transcenda os estereótipos discriminatórios que os perseguem por séculos.

3.4- Pelo Direito de Ficar

Foto 02: Wanderley da Rocha, cigano Calon, líder do Rancho Nova Canaã

Fonte: Limeira, 2015.

Conheci Wanderley da Rocha, líder do acampamento Calon Nova Canaã, na época instalados em Planaltina de Goiás, durante o Brasil Cigano - I Semana Nacional dos Povos Ciganos, em 2013, participando como presidente da Associação Nacional de Etnias Ciganas (ANEC)[15]. ANEC é uma associação civil sem fins lucrativos que tem o intuito de divulgar a cultura cigana e reivindicar apoio social para os ciganos por meio de diálogos com o poder público, sendo uma das associações apoiadoras do Brasil Cigano. Wanderley é um líder carismático, atencioso e um entusiasta de futuro melhor.

Acompanhei a realização do Brasil Cigano junto com dois colegas da Antropologia, com os quais compartilhei o interesse pela cultura cigana, a Ana e o Igor. Participamos de algumas rodas de debates com a presença de lideranças e agentes políticos, também aproveitamos para registrar os diálogos em vídeo. Depois de um debate, fomos conversar com Wanderley, seu tom carismático nos cativou, pois, como éramos minoria *gadjé* numa roda predominantemente de etnias ciganas, aproximamo-nos daquele que percebemos uma possível abertura para começar um diálogo. Nessa entrevista, feita de maneira informal por não seguir *script*[16], Wanderley compartilhou sua visão sobre os ciganos no Brasil e as expectativas para o futuro, as novas promessas que lhe permite sonhar com futuro mais digno e igualitário para o seu povo. Uma luta da ANEC é a construção de um Estatuto Cigano[17] que legisle os direitos e deveres dos povos ciganos no Brasil:

> (...) Uma das coisas que não deve faltar no estatuto do cigano é o olhar das autoridades e da sociedade. Nós saindo da minoria e se igualando com todos, pois somos vistos como minoria e queremos pelo menos igualar com todos que somos iguais, filhos de Deus e merecedores dos mesmos direitos (...). A questão fundiária (…). A moça me fez uma pergunta: Vocês viajam porque gosta ou porque quer? Nós, os ciganos *viaja* o Brasil inteiro não é porque gosta, é em busca por sobrevivência! Em determinada hora, por não ter apoio pelos lugares onde parar… A gente não mora por não ter oportunidade. Então dentro do Estatuto a gente quer que tenha essa oportunidade do cigano poder ter um endereço fixo (…). Se eu perguntar: Wanderley onde você mora? Eu poder dizer, eu moro em minha casa é em tal rua, tal bairro. Eu ter um endereço fixo, que é um dos problemas dos ciganos. Por não ter um endereço fixo eu perco a confiança com a sociedade. (Wanderley da Rocha, 49 anos, cigano Calon)[18]

[15] Site da Aneco disponível pelo link: http://anecnacional.blogspot.com.br/.
[16] Um roteiro com perguntas ordinais.
[17] O Estatuto dos Ciganos é um projeto de Lei criado pelo senador Paulo Paim, em 2015. Fonte: legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=2920801
[18] Entrevista informal com o líder Calon Wanderley da Rocha, gravada em vídeo independente, 2013.

De acordo com a Secretaria do Patrimônio da União (SPU), a regularização fundiária ou o exercício da posse para fins de moradia em áreas ocupadas por comunidades tradicionais está fundamentado no artigo 1º, I, da Portaria nº 232/2005 (regimento interno da SPU), na Lei n° 12.288, de 20 de julho de 2010 e na Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, estabelecida pelo Decreto 6.040, de 07 de fevereiro de 2007.

Em 2013, na conversa que tivemos com Wanderley, o sonho maior da ANEC era conseguir assentar o acampamento Calon o qual liderava no Distrito Federal. A fixação é a esperança de uma ascensão social, na qual Wanderley acredita, pois beneficia o acesso regular da comunidade a eixos de melhoria social, como educação, saúde e moradia. Em 2015, a ANEC concretizou o sonho, ao conseguir a cessão de terra de 3,5 hectares na área rural de Sobradinho/DF, na qual o governo federal cedeu o terreno e o governo do Distrito Federal (DF) assumiu a responsabilidade de instalar a infraestrutura - água, luz, esgoto e demais equipamentos público.

Figura 03: A área de 6 hectares concedida a comunidade cigana ANEC

Fonte: Secretaria de Patrimônio da União - DF

A cessão de terra foi doada para duas comunidades ciganas localizadas na área da antiga fazenda Sálvia, no Núcleo Rural Córrego do Arrozal, em Sobradinho. A primeira de 2,2 hectares, ocupada por 87 pessoas, e a segunda, de 3,5 hectares, com mais 70

pessoas. A primeira é representada pela Associação Cigana de Etnias Calons do DF e Entorno (ACEC), liderada por Elias da Costa, e a segunda, representada pela ANEC, liderada por Wanderley da Rocha. Para Elias da Costa, é um sonho sendo realizado: "A terra é tudo porque nunca tivemos acesso a ela. Lutamos, sofremos e hoje finalmente conquistamos algo tão sonhado" (Elias da Costa, 2015).

3.5- Acampamento Calon Nova Canaã (ANEC)

Foto 03: Panorâmica do acampamento Calon Nova Canaã

Fonte: Alfredo Guerra Machado, FUNASA, 2016.

As moradas calons são chamada por eles de *ranchos,* são suas casas, as barracas armadas. O *rancho* também representa todo o grupo, a comunidade que anda e mora junto. O rancho leva o nome de batismo "Nova Canaã" desde que ganharam a posse de terra da área em Sobradinho/DF em 2015, concedido pelo governo federal e distrital. A inspiração vem da bíblia, significa a "A terra Prometida" que mana leite e mel. Para eles, Nova Canaã carrega a expectativa de futuro melhor para comunidade, onde alimentam o desejo de viver com a dignidade de ser brasileiro e de preservar sua cultura sem medo.

Havia 15 (quinze) barracas visíveis no acampamento, distribuídas formando, propositalmente, um "C" de Cigano no terreno. A estrutura das barracas ciganas é à base de madeira e coberta por lona. A estrutura interna da barraca inclui quarto e sala, com cama, sofá, televisão e a cozinha com geladeira, fogão e um espaço para as panelas de alumínio. A barraca é dividida entre a área externa que abriga a cozinha, em frente da barraca, e, na área interna da barraca, a sala e o quarto. Em cada barraca mora em torno 5 pessoas, normalmente o casal com os filhos.

Figura 04: Mapa visto por satélite do Rancho Nova Canaã, sinalizando as 15 barracas

Fonte: Google Maps, 2017.

Os 70 (setenta) ciganos que vivem lá, formam 14 (quatorze) famílias nucleares e quase a metade da comunidade é composta por crianças e adolescentes. Todos os membros da comunidade têm algum grau de parentesco. As barracas mais próximas seguem uma organização parental, ou seja, são dispostas no espaço a partir dos laços familiares. É comum a base da família nuclear armar as barracas próximas umas das outras. Por exemplo, perto da barraca de Wanderley estão as barracas das filhas. Como elas são solteiras, elas moram próximo ao pai. Caso elas se casem, passam a morar no rancho onde mora o esposo, de acordo com a tradição.

O índice educacional no acampamento é baixo, apenas 02 (duas) pessoas possuem o ensino médio, além da Shirlene, que cursa enfermagem, a primeira a conseguir uma formação superior na comunidade. No *rancho* as crianças e adolescentes vão à escola que fica perto do Condomínio Serra Verde, as mulheres vendem os panos de pratos para somar na renda da casa, as crianças costumam acompanhar as mães e colaboram com a venda dos panos de pratos, assim também aprendem o ofício observando os pais. As *calins* do *rancho* vendem os panos em lugares com movimento comercial, costumam ficar em frente de supermercados, bancos, postos de gasolina com comércio ativo.

Várias vezes encontrei as *calins* vendendo panos de prato, principalmente aos domingos, na feira que frequento, perto de Sobradinho. Aproveito até hoje para conversar com elas e me atualizar sobre a comunidade. Às vezes minha presença no rancho se dava de forma espontânea, ao encontrar alguma *calin* vendendo prato no meio da tarde, principalmente sabendo da tarefa árdua de pegar ônibus para Rota do Cavalo, onde moram.

No caso dos *calons*, o comércio é voltado para troca e venda de automóveis de

modelos antigos e animais de transporte, como cavalos. Há também um primário manejo agrícola na comunidade, uma pequena plantação de mandioca, jiló e feijão, que não gera renda, mas alimenta as famílias. Falta assistência técnica e capacitação de manejo da terra para a comunidade, que não sabe manusear a terra com a qualidade de agricultores, pois desde sempre suas habilidades econômicas se concentraram no comércio. A comunidade se preocupa com futuro, pois os integrantes querem viver com mais qualidade, ter oportunidades sociais para ascenderem no *status quo,* sem perder o direito a viver sua cultura, de *ser cigan*o e ser respeitado como *cigano,* sem o medo de se expor e ser ameaçado.

Em 2014, quando realizei o ensaio fotográfico do grupo "Paixão Cigana", já estavam fixados em Sobradinho. Já era visivelmente precária a infraestrutura na qual viviam, não havia água encanada, saneamento de esgoto, luz elétrica na barraca nem banheiros químicos na comunidade.

As reivindicações feitas pela ANEC eram levadas às administrações de Sobradinho, à Defensoria Pública, às secretarias governamentais, onde se pode recorrer politicamente assistência para o acampamento. A presença de gestores públicos nos eventos ou em visita ao acampamento era constante, Wanderley sempre fez questão de tratá-los bem, de mostrar-lhes a condição da terra e como viviam. A comunidade se mostra ativa politicamente, construindo alianças que prometem melhorias nas condições do acampamento. Os eventos públicos no acampamento também beneficiam a comunidade externa, ao sensibilizar os gestores sobre uma periferia invisível, rural, afastada do centro e que precisa de assistência.

Em 2015, a cessão de terra foi concedida, assentando a comunidade de fato em Sobradinho. No entanto, a infraestrutura a ser assistida pelo governo distrital não chegou. A precariedade em que vivem é a principal reivindicação de mudança pela comunidade. Um estudo da Codeplan confirmou que apenas 2,63% dessas pessoas afirmam ter calçadas onde moram. Só 21% têm banheiro, 24%, rede de distribuição de água, 24% contam com serviço de coleta de lixo e 13% com esgotamento sanitário adequado, além disso, 24% possuem energia elétrica dentro das barracas[19]. De acordo com o relatório de visita técnica realizado em 2016, o acampamento Calon vive em condições precárias:

[19] Dados apresentados na reportagem "Um estudo mostra a falta de estrutura e os preconceitos enfrentados por ciganos ", de Thiago Soares. Jornal Correio Braziliense, caderno Cidades, pág. 22, 2016.

> Há esgotamento sanitário ou banheiros, não existe coleta de lixo e as condições de habitação são precárias, pois o número de barracas não é suficiente para a quantidade de famílias e muitas não se encontram em bom estado. A iluminação não é suficiente, pois a rede de postes de energia elétrica passa apenas por fora do território, e não há água suficiente para consumo próprio, tampouco para produção de alimentos. (Relatório de Visita Técnica, p. 12. 2016)

Alguns projetos foram falados para construção de uma melhor estrutura à comunidade. Em 2016, participei de uma reunião com a presença de várias secretarias, como as do meio ambiente, planejamento e educação, a fim de discutir com Wanderley e sua família um projeto para desenvolver uma infraestrutura sustentável na comunidade, baseada nos conceitos da permacultura e agroecologia. Até o presente momento, não tenho informações sobre o andamento do projeto, apesar das queixas pela falta de estrutura. Em 2017, tive passagens muito rápidas no acampamento, mas a situação não apresentava melhoras significativas. Até o momento, não houve um novo relatório. Em visita a acampamento no segundo semestre de 2017, a infraestrutura da qual foi relatada no relatório da visita técnica[20] de 2016. , com suas problemáticas, ainda são presentes.

[20] Relatório de Visita Técnica Território Calon no Distrito Federal, realizado pelo Ministério das Mulheres, Igualdade Racial, Juventude e dos Direitos Humanos, Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome, Ministério da Saúde e Fundação Nacional de Saneamento Básico. Disponível pelo link: http://www.seppir.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/pub-seppir/visita-tecnica-territorio-calon-1.pdf/view

CAPÍTULO IV:

A IMAGEM COMO TELETRANSPORTE DA MEMÓRIA

"Eu sou um corpo
Um ser
Um corpo só
Tem cor, tem corte
E a história do meu lugar
Eu sou a minha própria embarcação
Sou minha própria sorte"
(Luedji Luna)[21]

4.1 - Primeiro encontro: Ensaio fotográfico do grupo Paixão Cigana

Foto 04: Grupo Paixão Cigana[22]

Fonte: Limeira, 2014.

Quando estive pela primeira vez no acampamento Calon Nova Canaã em Sobradinho/DF, fui para realizar um ensaio fotográfico com as *calins*[23] do grupo de dança

[21] Trecho da música "Um corpo no mundo", da cantora Luedji Luna.
[22] Da direita à esquerda, fileira da frente: Sara, Shirley e na fileira de trás, Daiane e Cilene.

Paixão Cigana. Durante a Conferência de Direitos Fundamentais dos Povos Ciganos, realizado na Semana Universitária da UnB, em 2014, organizado pela Associação Internacional Maylê Sara Kalí - AMSK – aproximei-me de Daiane da Rocha, filha mais velha de Wanderley da Rocha, uma das dançarinas do grupo e uma liderança feminina dentro do acampamento, sendo a secretária geral da ANEC.

Conversando com Daiane, informei o meu interesse de realizar um ensaio fotográfico, para a disciplina de Antropologia Visual, com a comunidade. Coincidentemente, Daiane tratou do grupo de dança cigana "Paixão Cigana", formado por suas irmãs e primas que moravam no acampamento, falou que se apresentava em alguns eventos públicos e que gostaria de ter fotos legais para divulgar o grupo nas redes sociais. Essa proposta fora muito oportuna era a oportunidade de iniciar o contato com a comunidade e também de beneficiá-la com as fotos.

Marcamos o encontro no acampamento situado na zona rural em Sobradinho, na Rota do Cavalo na DF - 440. Cujo acesso de carro foi fácil. O acesso por ônibus, no entanto, é escasso, visto que passa um pela manhã e outro à tarde. O acesso ao acampamento não é complicado, a pista principal é asfaltada e está em boas condições, encontra-se à 4 km da pista principal dentre um bairro rural, em condições de vulnerabilidade social, com casas simples e algumas chácaras por perto. Aparentemente o convívio entre a vizinhança e comunidade cigana é estável, lembro-me de mencionarem que recebem o apoio dos moradores do entorno. Quando fazem alguns eventos públicos que acontecem dentro do acampamento, a vizinhança participa.

Quando cheguei ao acampamento, direcionei-me à barraca do centro, onde as *calins* me esperavam com as crianças ao redor. Junto com elas, seu *Wanderley* me recebeu, apertou minha mão e me agradeceu por eu ter vindo, dando-me as boas-vindas com muita simpatia e, posteriormente, saindo da barraca, onde fiquei com as *calins*, que se arrumavam. Foi uma recepção gentil que me deixou bem à vontade, senti-me acolhida e bem por estar ali. A barraca já estava ornada com os panos coloridos que usei como fundo para as fotografias. Vaidosas, encontrei-as juntas se maquiando e separando vários vestidos e saias coloridas.

[23] *Calin* é designado para tratar as mulheres e garotas de um rancho de etnia Calon.

Foto 05: Momento da maquiagem[24]

Fonte: Limeira, 2014

Para deixar o ensaio mais natural, combinamos que ia fotografá-las dançando para obter imagens mais espontâneas, e, depois, faríamos fotos com poses. Colocamos músicas ciganas que elas costumavam dançar. Durante o ensaio, conversei com Daiane e as outras *calins* do grupo Paixão Cigana: Shirlene, Cilene e Sara. Sara era irmã de Daiane, e ambas eram primas de Cilene e Shirlene, que eram irmãs. Shirlene na época estava cursando enfermagem, que era motivo de grande orgulho para a comunidade. Daiane e Cilene são mães: Daiane tem duas filhas e Cilene, três. Lembro-me de Cilene inquieta durante o ensaio, pois o mais novo estava doente, não esperando a finalização do ensaio, optou por sair para cuidar do filho. As crianças e adolescentes ficavam em volta da barraca, era novidade para eles assim como para mim. Olhavam o ensaio, cumprimentavam, saiam e depois voltavam.

[24] Na foto, da direita para esquerda: A menina Vitória, Shirlene, Daiane e Sara.

Foto 06: Grupo Paixão Cigana durante o ensaio[25]

Fonte: Limeira, 2014

Isso era tão novo pra mim quanto pra elas. Nunca tinha feito um ensaio fotográfico de ninguém, o que de início foi desafiador, pois também havia um tímido desconforto meu por ter um domínio técnico tão incipiente com a fotografia. Realmente valorizo a câmera não só como uma ferramenta que pode ser usada para iniciar o diálogo com a comunidade, mas como uma possibilidade artística de imprimir o seu olhar, sua sensibilidade de sentir o outro. De centenas de fotos tiradas, uma conclusão: preciso melhorar, e muito, minha habilidade fotográfica. Metade das fotos saiu borrada, outro ⅓ sem foco, no final, 20 (vinte) fotos ficaram boas. Imprimi todas as vinte e as entreguei para elas, selecionando 10 (dez) para o ensaio final da disciplina de antropologia visual.

A partir do ensaio Paixão Cigana, meu contato com a comunidade se estreitou. Os registros de fotos eram presentes nos nossos encontros. Embora os registros fossem amadores, a câmera se mostrou um eficiente instrumento de campo, uma mediadora de contato, proporcionando uma abertura de comunicação com a comunidade.

Todas as fotos e vídeos registrados nos acampamentos normalmente eram dos eventos que lá aconteciam, sendo que, gravados em DVD e revelados, eram devolvidos à comunidade. Nesses retornos para as mostras de fotos e vídeos, eu aproveitava para passar as tardes com eles, brincando com as crianças, ajudando na cozinha, tentando, sem

[25] Da direita para esquerda: Shirlene, Cilene, Sara e Daiane. Grupo Paixão Cigana.

sucesso, aprender uma palavra em *chib*[26], dando-lhes carona. Durante essas tardes de convívio entre registros e conversas, fui acompanhando a rotina deles, como uma amiga que passa o dia na casa de outra.

Durante 2014 a 2016, voltei lá algumas vezes, registrando comemorações da comunidade, como o casamento de Sara, apresentações do grupo "Paixão Cigana" e festa do Dia dos Ciganos. Também gostava de aparecer de forma espontânea, sem avisar. Aproveitava para passar a tarde com eles conversando, bebendo um café doce e tomando um ar, todos sentados em frente à barraca. Lembro-me de passar umas tardes bonitas no *rancho*, de ver belos pores do sol banhando aquela terra vermelha e fofa que cobre os pés. Recordo-me de escutar a viola do seu Wanderley tocando com seu irmão músicas sertanejas com choro caipira, de fumar uns cigarros de palha, de simplesmente estar lá, sendo eu e me permitindo vivenciar aquele momento junto a eles.

4.2- O casamento Calon de Sara e Arutai

Um dos momentos mais significantes registrado foi o casamento de Sara e Arutai. Sara é a filha nova de Wanderley, tinha 20 anos quando casou com Arutai, um jovem cigano *Calon* do interior da Bahia, de uns vinte e poucos anos. Arutai tinha visto uma foto de Sara e, quando a conheceu, quis se casar com ela. Depois só foram se encontrar pessoalmente no casamento, o qual aconteceu no acampamento Nova Canaã no dia 15 de novembro de 2015. A cerimônia ocorreu na barraca central, decorada com bandeirolas coloridas, e, na tenda 10x10 branca, foi montada a estrutura de mesas e cadeiras para acomodar os convidados.

O matrimônio foi abençoado pelo Padre Wallace da Pastoral dos nômades do Brasil, e contou com a presença das famílias da noiva e do noivo, que vieram de outras regiões do país para acompanhar a cerimônia, além de gestores, pesquisadores e amigos das famílias. Quando cheguei na cerimônia, havia várias pessoas de assessorias governamentais registrando o evento. Tratou-se de um momento de *paparazzi cigano*, pois eram tantas as câmeras apontadas para a cerimônia, que tive de me imprensar entre as câmeras para conseguir alguns cliques.

[26] *Chib* é o dialeto falado internamente pela comunidade Calon do rancho Nova Canaã.

Foto 07: Os noivos, Arutai e Sara

Fonte: Limeira, 2015

O casamento foi de grande importância para a continuidade das tradições e para o reconhecimento social da comunidade, sendo também a primeira cerimônia matrimonial após o assentamento em Sobradinho, o que deu ainda mais visibilidade pública para o casamento. Após a cerimônia, o casal foi para um lado da barraca com um sofá montado, tapetes no chão, todo o ambiente forrado de mantas rosas e floridas. Os recém-casados recebiam sentados nesse espaço ornado e confortável a presença dos seus parentes e convidados para lhes parabenizar e registrar essa celebração junto a eles.

Foto 08: Foto em família, os pais e os noivos.[27]

[27] Na foto da direita para a esquerda: mãe de Arutai, o noivo Arutai, o pai de Arutai, Wanderley da Rocha,

Fonte: Limeira, 2015.

Após esse momento de registro, foi servido o almoço ao som mecânico que tocava uma *playlist* sertaneja. Lembro-me de uma suculenta e gordurosa carne guisada com vinagrete, mandioca, arroz, feijão tropeiro e outras verduras com Coca-Cola, servido por Débora, irmã de Sara, que mora em outro *rancho* com o marido e os filhos. Ela caprichou na mão e enfartou meu prato. O casamento é um momento de consagração da abundância material na tradição. É comum que os noivos ganhem presentes em grandes quantias de dinheiro. Os alimentos também representam estado de prosperidade, há muita comida e bebida e, como um milagre da multiplicação, nunca falta nada. Cada família tinha sua mesa, acabei me juntando a outros pesquisadores que estavam lá, conhecidos de outros encontros no *rancho*. Aproveitei a festa junto a eles, brinquei com as crianças, dancei com os *calons* que convidava as *gadjé* para dançar, senti-me à vontade para festejar junto com eles essa comemoração.

Foto 09: O festejo de casamento[28]

Fonte: Limeira, 2015.

Perto da tarde, fiquei sabendo que haveria uma prova da honra: seria hasteado para fora da barraca um lençol branco com o sangue da noiva, a fim de representar sua pureza, tornando-se mulher e, agora, esposa. Entre os ciganos, a honra da mulher é

pai de Sara e a noiva Sara.

[28] Na foto da esquerda para direita: A noiva Sara dançando com um primo e o noivo Arutai dança com a irmã de Sara, Rosalinda.

diretamente ligada à honra da família, sendo essa última consagrada no casamento se a noiva for virgem. Na cultura, uma mulher cigana é considerada impura quando não casar virgem dentro da tradição, maculando a honra dos seus pais e de sua família. Dessa forma, mancha definitivamente, sua própria honra, levando-a ao banimento da comunidade a que pertence, sendo esquecida pelo grupo. Uma mulher banida é condenada pelo grupo à solidão até o fim da vida.

Não fiquei pra ver o resultado do lençol hasteado na janela que foi feito na passagem de um dia para o outro, mas, como o casamento se concretizou, a pureza da noiva foi comprovada. Sara foi morar com a família do esposo, no interior da Bahia, como rege a tradição. Dentro de uma tradição patrilinear, como é o caso da tradição Calon, os filhos pertencem à linhagem do pai. A mulher cigana pertence à linhagem do pai desde o nascimento, e, após se casar, vincula-se à família do esposo. Voltei a ver Sara 05 meses após o casamento, para lhe dar meu presente, um álbum de fotografia de seu matrimônio com Arutai. Folheando o álbum com suas irmãs, relembramo-nos da festa. Esse contato com a imagem se traduziu como um teletransporte para a imaginação poder passear pelo tempo. Enquanto possuía o álbum de fotografia nas mãos, Sara dava a notícia ao seu esposo pelo telefone de que estava grávida de um menino.

Em 2016, devido ao meu trabalho com produção de cultura e cinema, pude levar para o acampamento o cinema itinerante Cine Solar, no qual realizamos uma oficina audiovisual com alguns ciganos e crianças do acampamento. A oficina de audiovisual teve como metodologia desenvolver um roteiro por meio de uma conversa com a comunidade, tentando extrair das suas histórias e do cotidiano algo que quisessem contar no vídeo. Foi unânime a vontade de criar um vídeo que retratasse a vontade de chegar numa terra em que pudessem viver com dignidade, mas, para isso, era preciso vencer os preconceitos dos *gadjé* contra eles.

Foto 10: Equipe do cinesolar, *calons* e *calins* que participaram do filme

Fonte: Limeira, 2016.

O filme produzido na oficina[29] retratou a vontade de um desejo que, aos poucos, vem se tornando real: construir um futuro melhor para as novas gerações, tornando-se uma frente de exemplo política para comunidades ciganas de todo o Brasil. Assim, ao passar pelo desafio de se reconhecer socialmente enquanto cidadão, pode-se construir um centro de referência cigana. Esse é um sonho almejado pela comunidade desde que passaram a fixar suas barracas, mas não suas passadas, pois, para realizar um sonho tão audacioso, os passos devem se mover, ultrapassando as barreiras da discriminação.

[29] Filme disponível pelo link: https://www.youtube.com/watch?v=CoDmciTaC2E

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A regra geral que tem perpassado a relação dos ciganos e os *gadjés* é a invisibilidade, dentro de uma perspectiva de não existir. Se não existe é porque não se conhece e, consequentemente, não se sabe nada a respeito. Durante essa pesquisa a frase que mais escutei, ao conversar com amigos e colegas de curso, foi "Existem ciganos no Brasil?" Em alguns momentos, era até engraçado escutar dos outros o que eles concebiam sobre os ciganos: lembravam dos "ciganos românticos" festivos, alegres e coloridos, dos ciganos como entidades esotéricas e daqueles ciganos dos quais precisamos manter distância, pois são ladrões de criancinhas e trapaceiros nos negócios. Esses estereótipos que tanto escutei e que trouxe para esse trabalho foram, em grande medida, disseminados pelas experiências que os *gadjés* tiveram em contato com ciganos.

Esse trabalho é um recorte de um olhar sobre os ciganos, escrito por uma *gadjé* que nada pode afirmar sobre *ser realmente cigano.* O que li, o que escrevi, em sua maioria, foi construído por *gadjés* a partir do olhar construído por suas experiências com diferentes ciganos. Tive a oportunidade de encontrar uma comunidade com a abertura para me acolher, o que me proporcionou uma experiência positiva e prazerosa, ao mesmo tempo em que me deparei com a dura realidade na qual vivem. A proximidade com a comunidade ajudou a confirmar meus olhares sobre essa realidade, na qual eles se expressavam e se comunicavam. Mas, de fato, onde estão os ciganos falando sobre ser cigano?

Acredito que se faz necessário a presença de mais ciganos no "lugar de fala", em espaços geradores de conhecimento e em debates públicos. Lembro-me de uma fala de Daiane em uma de nossas conversas, da importância de ser visível ao outro, de estar no lugar de falar sobre *ser cigana* e de transformar a visão do outro ao valorizar "quem ela é":

> *Se eu mesmo me respeitar e valorizar quem eu sou, já começa a chamar a atenção das pessoas. Muita gente quando a gente fala "quem a gente é" diz: Meu Deus, eu jamais imaginava que você eram assim, ao contrário, tinha aquela teoria já formada na mente, porque os avós falou que era assim… que os pais falou que era assim… Pois tudo que é desconhecido existe preconceito!(Daiane da Rocha, 2016)*[30]

[30] Esse trecho faz parte de uma conversa que registrei em vídeo com Daiane enquanto ela cozinhava o almoço.

Daiane é um exemplo de uma voz protagonista, que se faz notada, presente em espaços que, como cigana, passaria por invisível. Daiane, quando fala, reflete a voz da sua comunidade, reverbera dezenas de vozes, ao mesmo tempo em que ecoa a voz de uma ancestralidade cigana calada pela história que a exclui.

Foto 11: Daiane da Rocha, *calin*, uma liderança feminina dentro do Racho.

Fonte: Limeira, 2015

É recente o debate sobre ciganos como minoria étnica. Em 1971, com o I Congresso Mundial Rom, surge o hino e bandeira dos povos ciganos como forma de unificar as diversas comunidades ciganas. Esse foi um ponto importante, para que as instituições a serviço dos direitos humanos pudessem olhar os ciganos como uma minoria étnica. Nos últimos 20 anos, políticas de inclusão social para ciganos vêm sendo desenvolvidas e mobilizadas por meio de reivindicações de organizações civis defensoras dos direitos humanos e de povos minoritários.

No Brasil, nota-se uma crescente organização das comunidades ciganas como associações de personalidade jurídica, o que tem facilitado o diálogo das lideranças ciganas com os agentes políticos e a negociação de promessas que beneficiem a comunidade. Percebo como algo positivo a organização política das comunidades ciganas a fim de marcar sua atuação e de se tornar visíveis, como cidadãos políticos.

Embora haja o livre arbítrio de *ir e vir* garantido pelas leis políticas e universais, a liberdade de vivenciar os direitos de *ir, vir e ficar* está intimamente ligada à discriminação, a qual bloqueia esse fluxo de passagem. Faz-se necessário o combate à discriminação por meio de uma reeducação cultural e étnica, a começar pelos níveis mais básicos da educação até as mais altas esferas públicas. A discriminação étnica é buraco

negro que destrói a liberdade de ser e estar onde quer que esteja.

O *rancho* Nova Canaã é uma comunidade possuidora de lideranças politizadas que viram, no caminho político, uma oportunidade de proporcionar melhores condições sociais para seu grupo. Demonstram conhecer a legislação que enquadra os ciganos para legitimar sua identidade e conseguir assistência pública. Muitas das promessas políticas que receberam vão se enrolando no tempo. Enquanto esperam que o governo do Distrito Federal lhes dê a infraestrutura à qual foi prometida publicamente, como a cessão da terra, vão vivendo como podem: fazendo gambiarras para conseguir um pouco de água, um pouco de luz. Essa espera significa o discurso da precariedade em que vivem será revisitado em debates até os agentes políticos se sensibilizem para tomar uma atitude.

O processo de assentamento para a comunidade foi importante e reconhecido por eles como um progresso social. Com a sedentarizarão, as crianças e adultos puderam ter acesso à escola e seguir um fluxo educacional regular. Também facilitou a participação de programas sociais que exigem endereço fixo. Há também a relação com o bairro que vem sendo construída, sendo uma oportunidade de desconstrução de estereótipos pejorativos a partir da convivência com a comunidade. Além disso, observa-se uma oportunidade geradora de renda e subsistência alimentar com o manejo agrícola dos 3,5 hectares de terra, que atualmente estão improdutivos. Para isso, faz-se necessária capacitação técnica agroecológica da comunidade por meio de programas de extensão rural, como os já desenvolvidos pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal.

Esse estudo, mais do que uma pesquisa antropológica, foi uma descoberta recíproca de mim pelo outro: pelas memórias cheguei aos ciganos, mas pelos ciganos me conectei profundamente com meus avós, especialmente com meu avô Edivaldo com quem pouco convivi. Em alguma medida, as minhas experiências com os *calons* se relacionam com a lembrança das memórias da minha avó. Levei meus avós comigo em todo esse processo que originou meu trabalho, recriando essa memória que herdei e a resignificando por meio de minhas experiências. Vejo que as memórias são marcas profundas que transcendem o tempo e a própria história que as concebeu, podem até ser silenciadas, mas não morrem, esperam para despertar na voz daquele que não a quer esquecer, estimulado pelo outro, que se entrega para escutar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARTH, Fredrik - *Etnicidade e o Conceito de Cultura.* Revista Antropolítica 19. Niterói: EdUFF. 1995. Pp. 15-30.

BONOMO, Mariana; BRASIL, Lídio de Souza; CARNAL, Fabiana Davel. *Processos identitários entre ciganos: da exclusão a uma cultura de liberdade*. UFES- Rede de Estudos e Pesquisas em Psicologia Social – Rede PSO, 2009.

COELHO, A. *Os ciganos de Portugal*, Lisboa: Dom QuixotE, 1995 [1892].

COSTA, Cristina P. *Os ciganos ainda na estrada.* editora: Rocco, 2009

COSTA, Elisa Maria.L, *O povo cigana e o degredo: contributo povoador para o Brasil Colônia,* Revista Textos de História, volume 6, nº 1 e 2, 35-57, 1998.

FAZITO, D. *A identidade cigana e o efeito de "nomeação: deslocamento das representações numa teia de discursos mitológico-científicos e práticas sociais.* Rev. Antropol. vol. 49 nº.2 São Paulo July/Dec. 2006.

FERRARI, Florência. 2002. *Um olhar oblíquo: contribuições para o imaginário ocidental sobre cigano.* São Paulo/SP, dissertação, Departamento de Antropologia Social, Universidade de São Paulo.

FRASER, A. *The Gypsies*, Oxford: Blackwell Publishers, 1992. [*História do Povo Cigano*, Lisboa: Editora Teorema, 1998.]

FREIRE, Alice L. S. 2009. *Escuta, gajon: cinema documentário, dinâmica cultural e tradição seletiva numa pesquisa audiovisual com ciganos calon de Mambaí/GO.* Brasília/DF, dissertação, Programa de Pós-graduação em Comunicação, Universidade de Brasília.

GODOY, Patrícia P. *O povo invisível: Os ciganos e a emergência de um direito libertador.* Belo Horizonte, Editora: D'Plácido, 2016.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada.* São Paulo: Zahar. Editores, 1980.

HANCOCK, I. *The Pariah Syndrome,* Ann Harbor, Karoma Publishers, 1987.

HILKNER, Regiane A. R. 2008. Ciganos Peregrinos do tempo: ritual, cultura e tradição. Campinas/SP, tese de doutorado, Instituto de Artes, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.

MENDES, Maria Manuela. *Etnicidade cigana, exclusão social e racismos. Sociologia,* São Paulo, n. 8, pp. 207-246, 1997.0

MOONEN,F. *Ciganos Calon no Município de Souza/PB.* Acervo bibliográfico do Núcleo de Estudos Ciganos (NEC), Recife/PE, (1993-2011).

MOONEN, F. *Ciganos na Europa e no Brasil, Recife*, Edição Universitária, 2013.

MOONEN, F. 2013. *Políticas Ciganas no Brasil e Europa: Subsídios para encontros e Congressos no Brasíl.* Recife/PE. Acervo bibliográfico do Núcleo de Estudos Ciganos (NEC)

MOTA, Ático V.B da. *Ciganos: Antologia de ensaios.* Editora: Thesaurus, 2004.

PIERONI, G. 1993. "Destestáveis na metrópole e receados na Colônia", Varia Historia, Belo Horizonte, n. 12: 114-27.

REZENDE, Dimitri F. de Almeida. 2000. *Transnacionalismo e Etnicidade: a construção simbólica do Romanesthàn (Nação Cigana).* Belo Horizonte/MG, dissertação, Departamento de Sociologia e Antropologia, Universidade Federal de Minas Gerais.

SILVA DE MELO, Erisvelton S. 2008. *Sou Cigano Sim! Identidade e representação: uma etnografia sobre os ciganos na região metropolitana do Recife/PE.* Recife/PE, dissertação, Universidade Federal de Pernambuco.

SIMÕES, Silvia. *Ciganos: perspectivas e desafios emergidos na busca por direitos fundamentais. Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia,* 2, Florianópolis, 25 a 27 de abril, 2007. *Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia.* Florianópolis, 2007.

SORIA, Ana Paula C.B. 2008. *Entre a dor de ser "cigano" e o orgulho de ser romà: aproximação à literatura romani e auto-representação dos romà em duas obras de Jorge Nedich.* Brasília/DF, dissertação, Departamento de teoria literária e literaturas, Universidade de Brasília.

SOUZA, Miriam Alves de. 2006. *Os ciganos Calon do Catumbi: ofício, etnografia e memória urbana.* Rio de Janeiro/RJ, dissertação, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal Fluminense.

TEIXEIRA, R. *A história dos ciganos no Brasil*, Núcleo de Estudos Ciganos, Recife, 2008.
VANELLI, M. *Nomadismo Cigano: migração dos excluídos.* Cadernos do CEOM – Ano 23, n. 32 – Etnicidades, 2010.

VASCONCELOS, M & COSTA, E. *Datas de celebração e luta pelos direitos dos povos Romani (ciganos)*, Brasília, 2015.

VAZ, Ademir Divino. *José, Tereza, Zélia... e sua comunidade: um território cigano.* Revista Trilhos. Rio de Janeiro, vol 3, n 3, p. 95 – 109, 2005.

Sites na internet:

AS DIFICULDADES DE VIVER COMO CIGANO. Brasília, 04 jun. 2016. Disponível em: <http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2016/06/04/interna_cidadesdf,534891/estudo-mostra-falta-de-estrutura-e-o-preconceito-enfrentados-por-cigan.shtml>. Acesso em: 04 jun. 2016.

Ministério das Mulheres Igualdade Racial Juventude e dos Direitos Humanos (Org.). *Relatório de Visita Técnica Território Calon no Distrito Federal. Brasília*, 2016. 23 p. Disponível em: <http://www.seppir.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/pub-seppir/visita-tecnica-territorio-calon-1.pdf/view>. Acesso em: 08 set. 2016.

OFICINEMA em Sobradinho/DF. Sobradinho/df: Cine Solar, 2016. (14 min.), son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CoDmciTaC2E>. Acesso em: 05 ago. 2016.

#YONOSOYTRAPACERA. Espanha, 2015. (2 min.), P&B. Legendado. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DqBvpWbmdkQ>. Acesso em: 8 abr. 2015.